

INDÍGENAS KADIWÉU E POSSEIROS NA SERRA DA BODOQUENA: CONFLITOS, IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES NAS PÁGINAS DOS JORNAIS IMPRESSOS

ALINE MARIA MULLER*

RESUMO

O presente artigo aborda o conflito entre indígenas da etnia Kadiwéu e colonos na Serra da Bodoquena que ocorreu entre os anos de 1980 e 1984. Mais que traçar um perfil histórico do conflito, a pesquisa buscou identificar as representações acerca dos indígenas nas matérias jornalísticas em quatro jornais da época: o Correio do Estado, o Diário da Serra, o Jornal da Manhã e o Jornal da Cidade. Constatou-se que em todos os jornais, em maior ou menor medida, havia estereótipos que refletiam representações arraigadas no imaginário popular desde os tempos coloniais. Para a análise do material jornalístico utilizou-se como metodologia a divisão do conteúdo em palavras-chaves de duas categorias: “palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos” e “palavras-chave que alteram a percepção do leitor”. Os resultados da pesquisa são apresentados neste artigo.

Palavras chave: indígenas, Kadiwéu, Serra da Bodoquena, representações, conflito.

RESUMEN

Este artículo trata acerca del conflicto entre indígenas de la etnia Kadiwéu y campesinos en la región de la Serra da Bodoquena, Brasil, ocurrido entre los años de 1980 y 1984. Más allá de trazar un perfil histórico del conflicto, la investigación ha buscado identificar las representaciones acerca de los indígenas expresadas en los textos de cuatro periódicos de la época: el Correio do Estado, el Diario da Serra, el Jornal da Manhã y el Jornal da Cidade. Se ha constatado en todos los periódicos, sea en mayor o menor medida, la existencia de estereotipos que reproducían representaciones

enraizadas en el imaginario popular desde los tiempos coloniales. Para el análisis de los textos periodísticos fue empleado el método de división de los contenidos en palabras-clave de dos categorías: “palabras-clave que evidencian imaginarios depreciativos” y “palabras-clave que cambian la percepción del lector”. Los resultados de esta investigación se presentan en este artículo.

Palabras-clave: indígenas, Kadiwéu, Serra da Bodoquena, representaciones, conflicto.

ABSTRACT

This article is about the conflict between Kadiwéu Indians and Farmers in lands of Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul State, Brazil. This conflict happened among the years of 1980 and 1984. More than to trace a profile of the historic conflict, the main goal of this research was to identify the social representation about the Indians on the newspaper. For this, I consulted four leading Newspapers in Mato Grosso do Sul: the Correio do Estado, the Diário da Serra, the Jornal da Manhã and the Jornal da Cidade. The research detected that in all cases those journals, in higher or lesser intensity, made use of stereotypes that reports categories of representation crystalized in the social imaginaries since the colonial conquest. As method for the analysis of the journalistic text I split the content in keywords, organized in two categories: “keywords that reflect prejudice” and “keywords that change the perception of the reader”. The research results are on this article.

Keywords: Indians, Kadiwéu, Serra da Bodoquena, representations, conflict.

* Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o conflito ocorrido entre posseiros e indígenas na Serra da Bodoquena, cujo ápice se deu no ano de 1983, tendo por fonte de consulta as matérias veiculadas em jornais impressos. As matérias jornalísticas tinham a função de colocar o leitor a par dos acontecimentos, contudo, em muitos momentos houve em meio ao texto escrito a reprodução de um imaginário depreciativo acerca do indígena. Essa questão das representações movidas por um imaginário distorcido teve sua origem ainda nos tempos coloniais, persistindo ao longo dos séculos e chegando até nossos dias.

Mato Grosso do Sul é um estado onde as tensões em torno da terra há muito acompanham a história de seus povos, sendo que a problemática se agravou com as campanhas de colonização das terras interioranas na primeira metade do século XX. Comunidades indígenas, que no passado foram expulsas de suas terras, agora levantam demandas pela recuperação de territórios tradicionalmente ocupados. Assim, a territorialidade, entendida como sentido territorial do homem, onde o espaço físico está atrelado às variáveis culturais e simbólicas, passa a ser uma destacada área de estudo no ambiente acadêmico. Para o geógrafo Rogério Haesbaert a territorialidade apresenta suas conexões com os processos político-institucionais de construção do território (HAESBAERT, 2010: 21). Entretanto, também está atrelada a uma dimensão cultural e identitária (ibid: 29), ou seja, carrega consigo conteúdos simbólicos, transpondo a dimensão física.

Segundo Levi Marques Pereira (2003), foi a partir da década de 1970 que as lideranças indígenas passaram a alcançar mais efetividade na luta pela recuperação de seus territórios tradicionais, aglutinando maior contingente em torno desses movimentos sociais. Mas o conflito entre estes ameríndios e representantes das frentes de expansão econômica recua várias décadas na história regional – a exemplo da formação da Colônia

Agrícola Nacional e o Programa “Marcha a Oeste” do Governo de Getúlio Vargas – e os conflitos atuais são a continuação do drama de dois mundos que colidem. A questão da posse da terra que hoje atinge o Estado do Mato Grosso do Sul é a extensão desse drama, levando a um conflito declarado entre produtores rurais e sociedades tradicionais, como as indígenas e quilombolas.

Representações depreciativas são reproduzidas e se convertem em instrumento político por uma classe que vê nos meios de comunicação uma forma de fomentar o imaginário. A historiadora Sandra Jathay Pesavento, ao teorizar os conceitos de imaginário, mentalidade e representação a partir da historiografia francesa, especialmente a partir das ideias de Jacques Le Goff, vai propor um conceito de representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida e ligada a um processo de abstração (PESAVENTO, 1995: 15). A mesma autora esclarece que os discursos sobre o real não são expressões literais da realidade, mas sim o resultado de uma interpretação onde os agentes sociais investem seus interesses e suas bagagens culturais. Com base nessas colocações, pode se dizer que as representações sociais são, prioritariamente, figurações mentais constituídas a respeito de uma realidade externa. Ou seja, é a forma como um grupo ou subgrupo constrói e interpreta as realidades sociais, configurando-se em um modelo que por eles é tido como realidade.

No Mato Grosso do Sul, os conflitos territoriais entre índios e produtores rurais assumem formas dramáticas, com acentuados índices de violência física e psicológica, fato que se repete entre os países colonizados. É indispensável compreender estas fronteiras interétnicas que se edificam a partir das construções sociais e que em parte garantem a manutenção de imaginários depreciativos acerca dos indígenas.

O caso do conflito entre posseiros e indígenas na Serra da Bodoquena pode ser analisado nessa perspectiva, onde as representações são, possivelmente, a base das

fronteiras étnicas construídas. Para a apreensão das variáveis que configuram os limites destes dois universos étnicos e representacionais opostos é importante compreender o processo histórico do conflito aqui abordado. Afinal, segundo Barth (2000: 196), a fronteira étnica canaliza a vida social e implica uma organização complexa do comportamento e das relações sociais. No caso da Bodoquena, a partir das fronteiras do espaço físico reivindicado se seguem outras, de caráter étnico, tornando o diálogo e a tolerância sempre mais difíceis. O caso do conflito entre colonos e indígenas Kadiweu acaba por evocar o conceito de fricção interétnica proposto por Cardoso de Oliveira:

Chamamos “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizado por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato proporções “totais”, isto é, envolvendo toda a conduta tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica (Cardoso de Oliveira, 2006: 46)

As condutas citadas por Cardoso de Oliveira se materializam na forma de fronteiras étnicas. Essas fronteiras imateriais, consolidadas por meio das representações acerca dos povos indígenas, possuem suas raízes em um passado colonial, quando a humanidade do indígena, tida ora por degenerada, ora por primitiva (imatura, impúbere), aparece como elemento de justificativa para a conquista territorial e espiritual da América por parte das metrópoles europeias. Desde então até a contemporaneidade é possível visualizar um histórico de violência física e simbólica nas relações entre uns e outros.

Na sequência será apresentado o histórico do conflito entre colonos e indígenas ocorrido entre 1980 e 1984 na Serra da Bodoquena, partindo em um segundo momento para a análise dos jornais a fim de demonstrar como estas representações são reproduzidas e veiculadas, fomentando o imaginário popular.

HISTÓRICO DE UM CONFLITO

Nos primeiros anos da década de 1980 instaurou-se um conflito entre indígenas Kadiwéu e distintas categorias de produtores rurais na Serra da Bodoquena. A referida contenda foi bastante divulgada e comentada na mídia sul-mato-grossense. De certo modo, as raízes do problema podem ser situadas na Guerra da Tríplice Aliança, quando o Governo Imperial do Brasil prometeu terras como forma de retribuição da participação desses indígenas na guerra. Contudo, foi no processo de arrendamento das terras que a situação foi se agravando.

Por volta da década de 1980 os Kadiweu não tinham sua reserva claramente demarcada, pois as medidas fundiárias oficialmente adotadas pelo governo federal eram diferentes daquelas apontadas pelo governo estadual. Tal situação gerava muita instabilidade entre os membros da etnia. Paralelamente, na virada da década de 1970 a 1980 ocorreu um considerável crescimento do Distrito de Morraria do Sul, que se tornou um reconhecido centro de redistribuição de gêneros agrícolas produzidos por pequenos proprietários. Morraria do Sul experimentava um processo de crescimento por conta do volume de gêneros agrícolas negociados pelos agricultores locais. Estima-se que a população, na época, alcançava cerca de três mil habitantes. Essa situação de prosperidade acabou por atrair mais camponeses para a região, que viam nas terras circundantes uma oportunidade para inserir-se nessa atividade econômica.

Para suprir as necessidades dos habitantes que viviam no distrito, havia toda uma infra-estrutura: posto de gasolina, hotel, mercado, igrejas e linha regular de ônibus com destino à cidade da Bodoquena. Com o aumento da demanda pelos produtos lá cultivados ocorreu a expansão das áreas produtivas. Uma das alternativas foi o arrendamento das terras ocupadas pelos indígenas Kadiwéus. O impreciso processo de arrendamento, que segundo os jornais da

época contou com a conivência da FUNAI, foi o elemento principal que levou ao ápice do conflito em 1983.

A DEMARCAÇÃO DE TERRAS E CONFLITOS ENTRE INDÍGENAS E PRODUTORES RURAIS NA SERRA DA BODOQUENA

Durante o conflito de 1983, jornais veicularam várias informações sobre o território Kadiwéu. Em muitas matérias jornalísticas foi abordada a contradição entre a demarcação sustentada pelo Governo do Estado e a original, feita pelo Governo Federal. O Governo do Estado sustentava que em 1.900 houve uma demarcação feita pelo Agrimensor José de Barros Maciel, que estipulou uma área de 373.024 hectares para os indígenas. Essa extensão de terra estava bem abaixo da medida original, teoricamente concedida como forma de retribuição pela atuação dos Kadiwéu na Guerra do Paraguai. No ano de 1982 foi realizada outra demarcação dessas terras pela Funai, que retomou a medida original de 538 mil hectares. Evidentemente, o reconhecimento daquela parcela original deixou os fazendeiros e colonos insatisfeitos.

Os agricultores que se utilizavam de terras indígenas para suas lavouras foram definidos pelos jornais de duas formas: os colonos e os posseiros. Os colonos representavam o grupo de pessoas que haviam recebido títulos do Governo do Estado (desde o antigo Mato Grosso até o atual Mato Grosso do Sul), de terras que estavam situadas na margem dos aproximadamente 373 mil hectares defendidos pelo poder estadual como sendo a extensão máxima do território Kadiwéu. Com suas terras dentro dos domínios do território apontado como legitimamente Kadiwéu pelo Governo Federal, os colonos passaram a defender a demarcação estipulada pelo Governo do Estado, reclamando seus títulos como instrumentos que atestavam a legitimidade de suas propriedades.

Diante do crescimento da produção e comércio agrícola em Morraria do Sul, mui-

tos agricultores migraram para a região em busca de oportunidades, o que torna difícil reconhecer se os avanços sobre a terra indígena era um ato deliberado ou se na verdade muitos desses sitiantes acreditavam estar ocupando terras devolutas.

Em matéria publicada no dia 17 de junho de 1983 pelo jornal Diário da Serra, intitulada “Posseiros são os invasores”, o Delegado da Funai, Carlos Amauri, comentou que “há 80 anos o ‘dono da terra’ vem sendo chamado de agressor, enquanto que os invasores de vítimas e defraudados’. Na legenda da foto, o texto versa que “colonos são invasores e causadores dos conflitos, diz a Funai”. Essa matéria vem comprovar a ambiguidade com que os próprios meios de comunicação classificavam um dos grupos envolvidos, o dos sitiantes ocupantes, que ora eram classificados como invasores, ora como posseiros, e não raramente como ambas as coisas na mesma matéria. Os jornais, em muitos momentos, não tinham clara ciência destas duas modalidades de ocupantes, ou, no mínimo, não era de interesse aprofundar tal questão.

Por outro lado, o arrendamento de terras no interior da aldeia constituía, naquela época, uma prática comum. Os depoimentos dos indígenas nos jornais reiteravam que os Kadiwéu se consideravam donos dessas terras e, sendo assim, se sentiam no direito de arrendá-las para os sitiantes – não indígenas. Porém, os arrendamentos passaram a ser agenciados por várias frentes, entre essas estava a Funai, além de existirem os inevitáveis sub-arrendamentos. Logo as “frentes” perderam o controle das terras arrendadas e novos colonos passaram a ocupar parcelas de terra de modo irregular. Parte dos arrendatários era de fazendeiros poderosos que se utilizavam das parcelas de terras arrendadas para a engorda do rebanho bovino. Os jornais deixam claro que quando houve as invasões, bem como quando os colonos também estabeleceram arrendamentos nas terras dos indígenas, os fazendeiros passaram a estimular os atritos entre indígenas e pequenos produtores, pois tinham o interesse de se ins-

tituírem como únicos arrendatários das terras indígenas (Correio do Estado, de 11 de março de 1983).

Após um período a situação se agravou e a tensa relação entre indígenas e agricultores na Serra da Bodoquena virou notícia frequente nos jornais do estado do Mato Grosso do Sul. O clima de tensão se elevou gradualmente, marcado

de ações de ambos os lados: entre colonos, invasores e indígenas. A reivindicação da revisão das terras da aldeia, que apontavam uma extensão menor para os índios, foi encabeçada pelo “coronel” Clovis Rodrigues Barbosa, então diretor geral da Terrasul, entidade responsável por fazer valer os interesses dos grandes proprietários de terra. A atuação da Terrasul na contenda da Bodoquena demonstra que os fazendeiros sempre estiveram envolvidos com o conflito, estimulando o reparto de terras indígenas, especialmente àquela correspondente à área Kadiwéu que o governo estadual distribuiu titulações ao contestar a demarcação original.

Trocas de acusações entre os diferentes órgãos e atores sociais revezavam os culpados. Havia, segundo os jornais, tentativas de incitar conflitos entre colonos e indígenas, enquanto órgãos públicos, organizações e fazendeiros faziam o papel de expectadores e, por vezes, de incitadores. As relações se tornaram mais tensas e os índios procederam com a expulsão de posseiros. O processo de expulsão se deu de maneira hostil, marcado pela destruição de plantações e incêndio de benfeitorias.

No ápice do conflito, os indígenas assassinaram o posseiro Manoel Ricardo da Silva e seu filho de 16 anos no dia 07 de março de 1983. Novamente houve trocas de acusações, onde ambas as partes apontavam os opositores como responsáveis. Para os colonos havia sido um ato de barbárie sem justificativa, como muitos outros anteriores. Já para os indígenas teria sido uma retaliação pelas



Figura 1: Capa do jornal Correio do Estado, de 11 de março de 1983

tocaias feitas aos vigilantes e aos indígenas por ocasião da cobrança dos arrendamentos junto aos posseiros da Fazenda Turumã (onde ocorreram as mortes).

Tal situação gerou instabilidade social na aldeia, levando os Kadiwéu a levantar armas. As baixas não se limitaram às duas apontadas acima. Há jornais que relatam

em torno de sete mortes e outras dezenas de feridos. Os dados são imprecisos, porém, segundo o Jornal da Manhã de 22 de julho de 1983, o número de mortos pode ter chegado a quinze. Os invasores e colonos expulsos – colonos que haviam arrendado terras indígenas ou que detinham a titulação estadual – buscaram refúgio no centro comunitário de Morraria do Sul. A partir daí se deu um processo de atritos e reivindicações que, no geral, se estendeu por muitos meses, até que colonos e invasores foram definitivamente removidos da região e assentados em outros locais comprados pelo poder público para tal fim.

Após o período do conflito, os indígenas continuaram a estabelecer parcerias com os brancos a fim de buscar subsistência a partir do capital ingresso, tão necessário para as famílias da aldeia. Sobre as parcerias, Marina Vinha esclarece que “Esta é uma condição para a sobrevivência do grupo. Contudo, a primeira condição [parceria] é aceita institucionalmente, a segunda [arrendamento] é institucionalmente punida. Mas ambas significam que o “branco” está intermediando a sobrevivência do grupo, pois ambos estão agregados, segundo conveniências próprias, em funções recíprocas” (Vinha, 2004: 220 e 221). A não aceitação de tudo aquilo que é caracterizado como arrendamento pode ser decorrente das marcas simbólicas que o conflito de 1983 deixou no interior da sociedade Kadiwéu. Como o ingresso de capital é indispensável para a subsistência, se criou novas formas, novas roupagens para que uma prá-

tica similar – as parcerias – seja socialmente aceita.

O conflito de 1983 foi um marco na luta pelo reconhecimento oficial do território. Efetivamente, em abril de 1984 a reserva foi homologada. Entretanto, conforme Jaime Garcia Siqueira Júnior (1993: 262), mesmo após a homologação, conflitos menores e invasões continuaram acontecendo. Siqueira Junior apresenta uma cronologia dos conflitos decorrentes das invasões, que se estenderam por vários anos após a homologação – o autor registrou vários episódios entre 1985 e 1992.

OS INDÍGENAS REPRESENTADOS NOS JORNAIS IMPRESSOS A PARTIR DO CONFLITO NA SERRA DA BODOQUENA

Desmitificar as representações constituídas acerca dos índios Kadiwéu, com base nos textos jornalísticos, requer um diálogo com métodos apropriados. O texto escrito é concebido a partir de conceitos, ideias e ideais, que expressam os julgamentos e pré-conceitos do autor do texto jornalístico e da linha editorial do jornal. Similar ao que ocorre no discurso falado (que as pessoas podem incluir palavras de duplo sentido a fim de incutir uma ideia no interlocutor), também no texto escrito é possível encontrar elementos subliminares que se estendem como uma teia de significados simbólicos.

A proposta metodológica aqui é de revelar o sentido subjacente de palavras-chave que se encontram em meio aos textos jornalísticos acerca do conflito entre posseiros e indígenas na Serra da Bodoquena. Esse procedimento metodológico foi amplamente discutido por Alcida Rita Ramos (1998: 13-14), que propõe que as palavras-chaves são significantes, indicativas de certa forma de raciocínio. Ao analisar cuidadosamente um conjunto de palavras que juntas ou separadas contribuem para uma específica formação de sentido no discurso, pode-se assim evidenciar sentidos ocultos por detrás das noções

gerais que são normalmente utilizadas sem uso de senso crítico.

Segundo Alcida Ramos (1998: 13-15), analisar é colocar de lado, é escrutinar o que está atrás do óbvio, é tomar os dogmas nas suas contradições ou desvelar sentidos encobertos em tratados e ações que são opostas às suas intenções estabelecidas. Assim, é possível romper com a figuração do índio no imaginário de grupos em intenso contato. O índio passou a ser caracterizado no imaginário popular com palavras de forte teor ideológico, como criança, pagão descrente, nômade, primitivo e selvagem.

Trazendo as ideias de Ramos para a realidade do jornalismo, o que em princípio parece ser apenas texto informativo de uma matéria jornalística, pode, por outro lado, revelar intenções camufladas de transmissão de um conteúdo oculto que será determinante para criar no leitor uma ideia parcial do fato em questão. Os textos jornalísticos lidos e analisados no decorrer da pesquisa revelaram muitos aspectos subliminares, que tinham por função suprir o leitor de conteúdos parciais ou ainda revelavam elementos de uma representação preconceituosa a respeito dos povos indígenas. Dos quatro jornais analisados, um deles – o Jornal da Cidade – mostrou-se inverso à linha editorial norteadora dos outros três ao apresentar matérias a partir de um discurso mais indigenista, opondo-se aos concorrentes em vários momentos.

A ANÁLISE DOS JORNAIS

Os jornais utilizados como objeto de pesquisa foram os seguintes: o Jornal da Cidade, o Jornal da Manhã, o Correio do Estado e o Diário da Serra. A escolha por esses jornais se deu em razão de serem impressos na capital do estado, onde se supõe ter mais fluxo de informações. As consultas a esses quatro jornais propiciaram a compreensão do fato histórico do conflito na Serra da Bodoquena nos anos 1980 a 1984. A análise foi feita focando dois objetivos principais:

abordar a representação dos indígenas na mídia impressa e revelar os conteúdos ocultos expressos em palavras-chave carregadas de simbolismos capazes de incutir opinião nos leitores. Neste artigo é apresentada uma síntese dessa análise (a análise completa está disponível em Müller, 2011).

Percebeu-se nos textos a sustentação de uma barreira étnica, que distancia o indígena da sociedade nacional. Essa barreira é perceptível por meio da repetição de termos específicos, como “silvícola” que aparece com frequência nas diversas matérias. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua portuguesa significa: “Que ou quem nasce e vive nas selvas”. Assim sendo, “silvícola”, aparece como um divisor étnico, onde o indígena é caracterizado como aquele que vive apartado do ideal civilizatório. A origem do termo silvícola aplicado aos indígenas americanos vem do *silvaticus*, personagem medieval que vivia apartado dos ideais civilizatórios e cultivava hábitos bestiais (Aguiar & Müller, 2010). Wortmann (2004: 123) expõe a oposição “homem selvagem” (ou *agrius*) versus habitante da *polis*, nos seguintes termos:

O pensamento ocidental, desde a antiguidade, partia do princípio de que havia uma diferença fundamental e irredutível entre humanos e animais. Entre os dois colocava-se o “homem selvagem” das florestas e dos desertos.

A citação acima mostra como o uso do termo selvagem remete a uma longa discussão sobre a condição de humanidade debatida desde a antiguidade. Mesmo tendo sido popularizada, inclusive em termos jurídicos, a expressão carrega consigo significados muito semelhantes. Conforme é lembrando por João Pacheco de Oliveira (1995: 78) o índio no imaginário constitui:

[...] um indicativo de um estado cultural manifestado pelos termos que em diferentes contextos o podem vir a substituir – silvícola, íncola, aborígene, selvagem, primitivo, entre outros. Todos carregados com claro denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos

benefícios da civilização.

A atribuição do imaginário acerca do “selvagem” remete à exclusão e ao silenciamento – ao selvagem não se escuta. Com efeito, os jornais, por vezes, optaram por excluir as vozes dos múltiplos atores sociais, substituindo as lideranças sociais por representantes de classe. Tais matérias talvez se expliquem pela intenção de não expor diretamente a opinião das pessoas envolvidas neste processo da questão de terras: colonos, posseiros e índios. Ao invés de entrevistarem indivíduos pertencentes a esses segmentos sociais preferiam “dar voz” aos representantes das entidades de classe e de órgãos governamentais. A literatura teórica sobre o jornalismo conhece fenômenos como esse e a presente pesquisa confirma. Sobre esse aspecto Dalmaso e da Silveira alertam que:

Esses cidadãos, para os jornalistas e sua técnica de manual de produção da notícia, são considerados fontes sem credibilidade, sem respeitabilidade, sem garantia de informações ‘verdadeiras’, pois não são técnicos, não são autoridades no assunto, não são especialistas, não são ‘produtivos’. Dessa estrutura resulta um texto monológico, com uma voz única e pode-se dizer também antidemocrático (Dalmaso & Silveira, 2003: 118).

Exemplo desse caso é encontrado no Jornal Diário da Serra de 15 de junho de 1982, no texto intitulado “Violência na Bodoquena leva colonos à morte”; matéria esta que consta apenas a declaração do Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bodoquena, Euclides Appel. Ao mencionar as mortes dos colonos o jornalista deu voz apenas a essa autoridade. No segundo item da mesma matéria, “Funai investiga índio”, Euclides Appel critica a Funai, porém, em nenhum momento aparece a outra versão dos acontecimentos. Nessa publicação fica nítida a ausência de outras vozes, como a dos indígenas ou a de uma autoridade da Funai. Essa perspectiva monologista se repete com frequência nesse e nos outros jornais pesqui-

sados.

Para facilitar a análise dos textos se dividiu os resultados em dois tópicos: análise a partir de palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos e palavras-chave e fragmentos de texto que alteram a percepção do leitor. No primeiro caso, se estabeleceu, a partir da leitura das matérias, uma seleção de palavras que contribuem para a manutenção

de lide, a partir da matéria intitulada “Índios estariam comprando armas em Bodoquena”:

Os índios da reserva de Bodoquena estariam se armando, com parte dos recursos que estão com [como no texto] o arrendamento de suas terras para a criação de gado. A denúncia foi feita em Campo Grande por Antônio Vilhalba, agricultor daquela região, que está muito preocupado com esse problema, que poderá trazer sérias consequências se providências urgentes não forem tomadas pelas autoridades ligadas ao assunto (Correio do Estado, 24 de setembro de 1982, p. 5).



Figura 2: Jornal Diário da Serra de 15 de junho de 1982, página 03.

de uma representação preconceituosa acerca dos indígenas. Já no segundo tópico, foram elencadas palavras e fragmentos que distorcem o fato, seja por meio da magnificação dos episódios ou pela tentativa de impor opiniões ao leitor.

No jornalismo existem recursos que os profissionais utilizam para dar impacto ou dramatização em suas matérias. Entre estes está o lide, que nada mais é que o primeiro parágrafo cuja função é introduzir o leitor no texto e prender sua atenção. Nos jornais pesquisados percebeu-se que os jornalistas, em alguns casos, utilizaram o lide para sugerir uma opinião ao leitor antecipadamente à leitura da matéria. Assim, ao passar o primeiro parágrafo o leitor abordaria o restante do texto já com a tendência a uma opinião prévia, opinião esta indicada pela própria linha editorial. Segue abaixo um exemplo desse tipo

De início, consciente apenas do título e do lide, o leitor já sabe do que a matéria está tratando. Mas nesse caso o lide vai além de situar os tradicionais “quem”, “onde”, “quando”, “como” e “porque”. Diz que índios estariam usando o arrendamento para comprar armas, como se o dinheiro do arrendamento fomentasse uma espécie de “tráfico” de armas, arrematando a matéria com a possibilidade de “sérias consequências”, como se a violência fosse um processo unilateral e tivesse sua origem somente no lado do indígena.

Ao construir um discurso de que o dinheiro do arrendamento alimenta compra de armas, o jornal – talvez sem propriamente se dar conta disso – expõe o que grupos organizados reivindicam: uma ação de repressão contra os índios, dando início a um jogo de poder pelo usufruto das terras. De fato, em matéria do dia seguinte, o jornal atesta que a Funai identificou que Antônio Vilhalba era filho de Julião Vilhalba, que estava sendo processado pelo órgão indigenista por invasão de terras indígenas. Percebe-se que o conflito teve sua raiz em disputas políticas que se desenrolavam a quase dois anos antes de sua eclosão. Múltiplas manobras e estratégias de manipulação política, encabeçadas principalmente por grandes proprietários, somadas ao total descontrole das áreas arrendadas (que chegaram a 104) geraram todo o clima de instabilidade que culminou o conflito. Com

base na avaliação do caso através das fontes históricas e jornalísticas, entende-se que a irresponsabilidade do Estado de Mato Grosso também foi determinante para o conflito, pois este, durante décadas, distribuiu títulos para colonização de terras em uma área pertencente aos indígenas. Dessa forma, colonos que detinham títulos de propriedade se viram ameaçados pela reivindicação dos indígenas.

A palavra-chave “primitivo” também aparece com frequência em meio aos textos jornalísticos. O termo “primitivo” reflete o pensamento do evolucionismo social do século XIX, que estabelece escalas evolutivas, situando como primitivos aqueles povos classificados por Morgan nos estágios de selvageria e de barbárie (ESPINA BARRIO, 2005: 74-75), considerados por ele mais atrasados dentro do ideal civilizatório da humanidade, que teria na Europa sua máxima expressão. Diante dessa classificação preconceituosa, o termo “primitivo” foi banido do meio acadêmico, mas, ao que tudo indica, segue em uso e com força em outros segmentos, que se apropriam do termo para fins políticos.

Bem nos lembra Alcida Ramos (1998: 40-45) que o conceito de “primitivo” foi em um primeiro momento fornecido pela antropologia por um de seus maiores tratados narrativos. Entretanto, autores contemporâneos têm insistido que primitivo é essencialmente um conceito temporal, uma categoria e não um objeto; uma categoria do pensamento ocidental de que os primitivos são feitos e não encontrados, que os primitivos não são um fato, mas uma interpretação.

No Jornal Diário da Serra, também aparece o termo “guerrilhas primitivas”, se referindo aos conflitos da Bodoquena. Além da palavra “guerra” ser usada como meio de dar magnitude aos conflitos, o termo primitivo leva a imaginar uma situação de selvageria na perspectiva do evolucionismo social, onde homens embrutecidos munidos de tacapes guerreavam entre si em batalhas francas e sangrentas. Conforme matéria do dia 11 de maio de 1983: “O interesse maior do Incra que trabalha hoje com o apoio direto da Fundação

Nacional do Índio – FUNAI – é fazer com que cessem de vez ‘as guerrilhas primitivas’ provocadas por esse litígio de terras naquela área”.

O uso de palavras que carregam sentidos ocultos, ou seja, que guardam significados subliminares, é frequente nos jornais pesquisados. A mídia ocupa um importante papel na constituição do imaginário popular. A aura de veracidade que se atribui especialmente aos jornais impressos faz com que muito do que neles é publicado acabe se incorporando às representações coletivas. Por outro lado, não se pode negar que existe uma predileção quase obsessiva pelas matérias sensacionalistas, que cativam a atenção do leitor, sendo que os temas mudam de tempos em tempos, pois são influenciados por tendências de épocas. Assim, conferir magnitude ao fato é também uma estratégia sensacionalista.

A reprodução de representações de um modelo de índio selvagem também é estimulada pelos jornais entre as crianças. Na edição de 23 de abril de 1983, bem em meio à intensificação dos conflitos entre indígenas e posseiros na Serra da Bodoquena, o Jornal da Manhã publicou o desenho abaixo na Folha de Variedades.

Na imagem acima – o jornal se utiliza de um personagem similar ao popular “papa-capim” de Maurício de Souza – é possível entender um discurso inerente, que trata do índio como reflexo de uma representação: só é índio o que tem flecha e anda trajado “a caráter”; o índio aqui perdeu sua flecha, que



Figura 3: Jornal da Manhã, 23 de abril de 1983, pg. 5.

simboliza sua cultura; está em busca de seus laços com aquilo que o converte em “índio de verdade” – a sua flecha. Ao perder sua flecha o índio perdeu sua cultura. No contexto conflitivo a que veio à luz, esta caricatura é uma ironia (disfarçada de inocência) da suposta perda de identidade dos indígenas que agora “precisam da nossa ajuda”.

Outro ponto polêmico é a barbarização do indígena. O Jornal da Manhã, em matéria do dia 23 de abril de 1983, utiliza-se de uma estratégia de linguagem para compor uma imagem do índio bárbaro. Ao redigir o texto o jornalista faz uso de palavras que conferem magnitude ao evento, além de impor uma visão unilateral como factível. Primeiramente, identifica-se a inserção de passagens dramáticas (ou melhor, dramatizadas) para sensibilizar os leitores em relação aos posseiros. O texto “abusos praticados pelos índios” deixa claro que o jornal pretende situar os kadiwéu na condição de culpados. Apesar de muitas vezes intercalar a culpa entre Funai e Governo, constantemente edifica um quadro do índio cruel que impele medo aos “posseiros” e “colonos” (termos empregados pelo jornal).

Essa matéria é muito importante para a pesquisa desenvolvida, pois reflete claramente uma estratégia de sugerir uma opinião ao leitor. Já no lide, o jornal coloca que “todos puderam saber, de maneira até mesmo chocante, os atos praticados pelos Kadiwéus” e segue destacando que esses “atos” ocorreram “(...) com total apoio dos funcionários do órgão indigenista”. O leitor, já no primeiro parágrafo tem a ideia de que os índios partiram para o ataque

gratuito e que se tratava de uma conspiração (confabulações entre dois ou mais agentes) para desterrar os “posseiros”. Consolida-se aí a estratégia de já no primeiro parágrafo extrair uma opinião do leitor, conduzindo-o a uma interpretação parcial dos fatos, que coloca os indígenas na condição de culpáveis e maldosos.

O jornalista destaca na matéria: “Ocorre que pela lei, os indígenas são considerados menores e relativamente incapazes e, portanto, não se concebe que possam andar com rifles, pistolas e até mesmo Berettas”. Após colocá-los na condição de mentalmente incapazes (infantis por natureza), acrescenta o jornal que estes indígenas não podem portar armas de fogo, contrastando com os colonos



Figura 4: Jornal Correio do Estado de 17 de abril de 1980

como sendo legítimo entre estes o porte de armas. A questão da infantilidade do indígena é importante observar, foi uma das justificativas utilizadas pelo conquistador colonial para tomada do território: “A ‘infantilização’ do ameríndio resolveu a questão do domínio espanhol e, ao mesmo tempo, permitiu a inclusão dos novos selvagens na ‘grande cadeia do ser’ numa modalidade mais piedosa de inferioridade [...]” (Woortmann, 2004: 140).

A questão do produtivismo também foi tema de grande predileção nos jornais. A relação “produtivo” versus “improdutivo” é abordada de maneira sobressalente em uma matéria publicada no jornal Correio do Estado de 17 de abril de 1980. No título da matéria aparece um personagem como “defensor” dos colonos: “Miranda vai pedir a Figueiredo demarcação legal da terra dos Kadiwéus para beneficiar colonos”. Na sequência, a matéria veicula que “constantemente os colonos, que produzem significativas quantidades de arroz, feijão, café e banana, são molestados por grupos de indígenas semi-aculturados”. O repórter mergulha fundo na tentativa de destacar esta representação do índio improdutivo que se levanta para “molestar” os colonos, que são figurados como os únicos que plantam: representação reiterada “índios molestam e colonos plantam”. Outro termo utilizado pelo repórter que tem função política é “semi-aculturados”, aplicado no sentido

com baixas e guerra ainda há uma grave distância. A edição do Diário da Serra publicada no dia 09 de março de 1983 é exemplo: “Voltou ‘guerra’ entre indígenas e posseiros”, no dia seguinte 10 de março, o jornal anuncia na capa a seguinte manchete: “‘Guerra’ de posseiros e índios vai para Brasília”.

Aparecendo o termo entre aspas, revela que o editor está ciente de que seu emprego não é de todo apropriado. O leitor, que evidentemente não presenciou o ocorrido, acaba por ser conduzido a um raciocínio parcial e depreciativo, tomando por suas as ideias monologistas sustentadas pelas respectivas linhas editoriais. Neste momento os jornais acabam por ferir a principal regra do jornalismo: a de ouvir todas as partes envolvidas e dar direito de expressão aos diretamente afetados pelo texto publicado. No caso, o silêncio desses jornais acaba por dizer muito sobre a política editorial, que desconsidera os indígenas indignos ou incapazes de expressar suas opiniões a respeito do que é publicado. Pior que anônimos, os indígenas são classificados reiteradamente como únicos culpados do conflito, condenados pela mídia sem julgamento ou direito de resposta. A regra é a seguinte: silêncio = culpabilidade = barbarismo.



Figura 5: Jornal Diário da Serra, de 09 de março de 1983.

daqueles que perderam sua essência cultural, vivendo apartados da cultura tradicional, ou seja, deixando de ser “índios de verdade”.

As matérias eram montadas tendo nos conflitos o fio condutor. Como estratégia jornalística, os conflitos foram redefinidos nos textos, assumindo feições que os aproximariam a uma condição de guerra. A estratégia obviamente servia para capturar a atenção do leitor, porém, o uso da palavra “guerra” acaba por transmitir ao leitor uma imagem talvez um pouco diferente do real estado das coisas, pois entre as concepções de conflito

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida permitiu trazer à tona uma discussão sobre representações mantidas no imaginário coletivo acerca dos povos indígenas no Brasil. Conforme argumentado no início do artigo, essas representações são sustentadas por uma raiz longínqua, cujas origens remontam a idade antiga, perpassam a idade média e são reavivadas na idade dos descobrimentos e da conquista, chegando até a contemporaneidade. O conceito do “silvaticus” aparece para dar imagem ao conflito humano: uma luta entre a razão do ser civilizado em oposição ao seu lado mais animal e irracional. As representações mentais da antiguidade

clássica foram reformuladas e projetadas para o contexto colonial, tomando os ameríndios como a prova material da existência do “selvagem”. Com base nisso muitas ideias/imagens depreciativas se impregnaram no imaginário social, permanecendo em diversas formas até os dias atuais. Neste sentido, é possível perceber que inúmeras representações depreciativas são reproduzidas nas escolas, perpetuando um imaginário eurocêntrico e depreciativo acerca dos indígenas brasileiros.

Entende-se que as representações que traduzem o outro são historicamente constituídas e que o mesmo objeto pode ser possuidor de imagens mentais muito díspares. Constitui-se, dessa forma, um campo de trabalho extremamente fértil para o historiador, permitindo que as análises das representações sejam um veículo para melhor compreender o outro e a nossa própria relação com este outro. É indiscutível que a sociedade nacional guarda uma imagem distorcida acerca dos indígenas, calcada em estereótipos.

Existe sempre uma expectativa dos não indígenas acerca do que seria o “verdadeiro” indígena. Sempre que a realidade entra em choque com essa imagem pré-concebida e estereotipada, grande instabilidade se instaura nesta relação entre indígenas e representantes não indígenas da sociedade nacional.

A análise dos textos pesquisados trouxe evidências da manutenção dos estereótipos mais comuns, com suas origens históricas antigas, mas que trazem efeitos devastadores em termos de relações interétnicas. A repetição de termos específicos, como silvícola remete a um divisor étnico, onde o indígena aparece como aquele que vive apartado do ideal civilizatório. A grande maioria das matérias nos diversos jornais remete a um modelo monologista, em que apenas um dos lados envolvidos é retratado. O outro lado, o silenciado é aquele que sofre opressão política, aquele que não fala, mas é falado. O lide foi muito empregado nas matérias como forma de incutir uma ideia do conflito (normalmente monologista) já nos primeiros

momentos da leitura do jornal. O ideal civilizado ligado à atividade agrícola aparece no discurso jornalístico como uma possibilidade de tirar os índios de uma condição tida por “selvagem”. A produção agrícola, dessa forma, seria o que aproximaria os indígenas das qualidades desejáveis pela sociedade.

Percebeu-se claramente um discurso pejorativo, que coloca em contraste os dois opostos da tensão rural: os agricultores que produzem em oposição ao índio que molesta e que é improdutivo. O termo aculturado ou semi-aculturado é repetido como argumento dos produtores rurais e entidades ligadas ao setor agrícola para reivindicar uma condição de não indígena ou de semi-indígena, ou seja, aquele de quem se deveria retirar todos os direitos constitucionais por representarem uma “farsa”.

Os textos por vezes davam uma dimensão bem maior do conflito, aproximando-o de uma guerra ao usar precisamente este termo ou o de “guerrilha” associado à palavra “refugiados” para definir os colonos fugidos. Isso eleva a dimensão das ideias incutidas, pois a mídia ocupa um importante papel na constituição do imaginário popular. A aura de veracidade que atribuímos especialmente aos jornais impressos faz com que muito do que neles é publicado acabe se incorporando às representações coletivas.

A análise do texto jornalístico seguiu a metodologia proposta por Alcida Rita Ramos (1998), que parte da decomposição do texto em palavras-chave como forma de rastrear conteúdos ideológicos subjacentes. Desta forma, identificou-se nos jornais pesquisados a existência de duas categorias de palavras chave: “palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos” e “palavras-chave que alteram a percepção do leitor”:

Palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos	Palavras-chave que alteram a percepção do leitor
<ul style="list-style-type: none"> • Preguiçosos • Imbecis • Mato • Primitivo • Selvagem • Silvícola • Incapazes 	<ul style="list-style-type: none"> • Guerra • Guerrilha • Abusos • Aculturado • Possesiros (referindo-se a invasores) • “Armados até os dentes” • Intimidação

No caso dos jornais analisados, o leitor, que evidentemente não presenciou o ocorrido, acaba por ser conduzido a um raciocínio parcial e depreciativo, tomando por suas as ideias monologistas sustentadas pelas respectivas linhas editoriais.

Mudar as mentalidades a fim de dissolver tais imagens depreciativas que a população guarda é um processo longo. A tarefa se torna ainda mais difícil se considerar que desde que a criança passa a frequentar a escola é ensinada a ver o índio como personagem folclórico, presente em contos e mitos. Dessa forma, ao desfolhar os livros de história, representações preconceituosas são replicadas e perpetuadas. A obrigatoriedade da inserção de conteúdos de história indígena nos currículos escolares é uma medida que objetiva mudar esta situação.

Trabalhar o imaginário e as representações negativas constituídas acerca dos indígenas nas sociedades nacionais, como lembra Paulo Suess (1997) é um imperativo pedagógico, pois só assim será possível vislumbrar mudanças significativas nas atitudes da sociedade brasileira diante das alteridades e diálogos interétnicos visando a construção e consolidação de políticas de tolerância.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rodrigo L. S. & MÜLLER, Aline M. 2010. Pajés, demônios e canibais: representações acerca do indígena americano na iconografia europeia do século XVI. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, 28 (1).

BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-capas.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2006. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP.

DALMASO, Silvana Coppeti; SILVEIRA, Ada Cristina M. da. 2003. A natureza polifônica da linguagem: uma alternativa para o

jornalismo. In: SILVEIRA, Ada Cristina M. da. *Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: UFSM.

ESPINA BARRIO, Angel B. 2005. *Manual de Antropologia Cultural*. Recife: Massangana.

HAESBAERT, Rogério. 2010. *O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MÜLLER, Aline Maria. 2011. *Índios Kadiwéu e Possesiros na Serra da Bodoquena: representações na mídia impressa acerca de um conflito*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Dourados: UFGD.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1995. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In Aracy Lopes da Silva e Luis Domizete Benzi Grupioni. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

PEREIRA, Levi Marques 2003. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Revista Tellus*, Ano 3, n. 4. Campo Grande: NEPI.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. 1995. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, 15 (29).

RAMOS, A. R. 1998. *Indigenism. Ethnic Politics in Brazil*. Madison: The University of Wisconsin Press.

SIQUEIRA JUNIOR, Jaime Garcia 1993. *Esse campo custou o sangue dos nossos avós – a construção do tempo e espaço Kadiwéu*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia Social. São Paulo: USP.

SUESS, Paulo. 1997. Reconhecimento e protagonismo: apontamentos em defesa do projeto históricos dos outros. In: SIDEKUM, Antonio. *História do imaginário religioso indígena*. São Leopoldo: Unisinos.

VINHA, Marina. 2004. *Corpo-sujeito Kadwéu: jogo e esporte*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.

WORTMANN, Klaas. 2004. *O Selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, humanismo e escatologia*. Brasília: UNB.

Recebido de 17 de Novembro de 2011
Aprovado em 05 de Março de 2012